

***Prefeitura Municipal de Pirai do Sul***

Estado do Paraná

\*\*\*\*\*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.432/05**

**SÚMULA:** Modifica o Quadro Único de Pessoal do Município de Pirai do Sul, reestrutura o Plano de Cargos, Salários e Carreiras e altera o regime único de trabalho da Administração Pública Municipal para o da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

# CAPÍTULO I

## *Das Disposições Preliminares*

**Artigo 1º:-** Fica reestruturado o plano de Cargos, Salários e Carreira dos servidores públicos municipais, adotado como regime único de trabalho o da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para toda a administração direta e fundacional, que se fundamentará no princípio da valorização e desenvolvimento profissional, visando a melhoria contínua dos níveis de eficiência dos serviços públicos.

**§1º:-** Para atingir os objetivos acima colimados, institucionaliza-se, como atividade permanente da Prefeitura, o treinamento de seus servidores, visando:

- I – a criação e difusão de hábitos e valores, necessários ao salutar exercício do cargo ou função;*
- II – qualificar o servidor público municipal, para o desempenho de suas atribuições específicas, de forma produtiva e com qualidade;*

**§2º:-** O processo de treinamento a que se refere este artigo deverá contemplar:

- I – a integração do servidor, de todos os níveis, no seu ambiente de trabalho, visando a mais fácil obtenção dos resultados planejados pela Administração Pública, através do emprego de técnicas de relações humanas;*
- II – a qualificação do servidor, visando dotá-lo de maiores conhecimentos e de técnicas pertinentes as atribuições que desempenha, de forma a mantê-lo preparado para a execução de atividades mais complexas, inclusive com vistas à eventual promoção.*

**§3º-** O treinamento a que se refere o parágrafo anterior poderá ser desenvolvido com recursos internos ou, quando a Prefeitura não contar com uma equipe experiente e de reconhecida capacidade técnica, para tal fim, poderá o poder público utilizar-se de serviços contratados junto a empresas especializadas em desenvolvimento organizacional.

***Prefeitura Municipal de Pirai do Sul***



\*\*\*\*\*

**Artigo 8º:-** Grupo Ocupacional é o conjunto de cargos e de carreiras que guardam semelhança quanto à natureza das atribuições, campos de conhecimento e qualificações básicas, constantes no anexo I.

**Artigo 9º:-** Entende-se por Padrão o conjunto de classes e de referências que identifica cada uma das 5 (cinco) posições salariais constantes das tabelas relativas aos níveis Básico (anexo 02), Médio (anexo 03), Superior (anexo 04) e Magistério (anexo 05).

**Artigo 10º:-** Referência é a posição distinta na faixa de vencimentos dentro de cada padrão, identificada por letras que vão de “A” até “E”, nas tabelas Básica, Média e Superior, e de “A” até “G”, na tabela do Magistério.

**Artigo 11º:-** Os cargos de provimento efetivo recebem os correspondentes tratamentos salariais conforme tabelas constantes dos anexos mencionados no artigo 9º, desta lei.

**Artigo 12º:-** Os cargos declarados em extinção e que são os regidos pelo regime de trabalho estatutário, são tidos como automaticamente extintos, desde o momento que se tomarem vagos.

**Artigo 13º:-** A amplitude das referências de cada um dos padrões das tabelas salariais dos níveis Básico e Médio é de 31,08% (trinta e um inteiros e oito centésimos por cento), a amplitude do nível Superior é de 57,35% (Cinquenta e sete inteiros, trinta e cinco centésimos por cento) e a amplitude da tabela salarial do Magistério é de 50,07% (cinquenta inteiros e sete centésimos por cento).

**Parágrafo Único:** Entende-se por amplitude salarial à distância que separa o valor mínimo do valor Máximo, em cada padrão salarial.

## CAPÍTULO II

### *Da Investidura em Cargo Público*

**Artigo 14º:-** A investidura no Serviço Público Municipal, que depende da prévia aprovação em concurso público, dar-se-á no cargo, na classe inicial da carreira e na primeira referência do padrão salarial correspondente.

**Artigo 15º:-** O Poder Executivo regulamentará, por decreto, as especificações das classes constantes nos anexos da presente lei.

**Artigo 16º**:- Para a investidura nos cargos públicos são exigidos:

***Prefeitura Municipal de Piraí do Sul***



**§2º**:- A avaliação de desempenho, referida no parágrafo anterior, constitui-se como condição indispensável aos processos de progressão e promoção, e receberá valores diferenciados, conforme seu resultado.

## SEÇÃO II

### *Da Avaliação de Desempenho*

**Artigo 19º:-** Os servidores terão seus desempenhos aferidos anualmente, pela chefia imediata, valendo, para efeito de avanço funcional, o resultado das duas ultimas avaliações anuais.

III – **Pós-desempenho**, quando a chefia imediata e o servidor discutem e formalizam o resultado final da avaliação, aferindo o que foi realizado, em comparação ao estabelecido, na fase de pré-desempenho.

**Parágrafo Único:** Todos os objetivos resultados das três fases de avaliação de desempenho devem ser registrados por escrito, pelo chefe imediato, sempre com a participação do servidor subordinado.





***Prefeitura Municipal de Pirai do Sul***

***Prefeitura Municipal de Pirai do Sul***

Estado do Paraná

\*\*\*\*\*

**Artigo 30º:-** O enquadramento do servidor far-se-á individualmente, mediante proposta do seu superior imediato, à Comissão de Enquadramento, coordenada pela Secretaria da Administração.

**§1º:-** Não haverá vinculação automática dos cargos e das funções até então existentes, com as classes do novo sistema.

**§2º**:- A Comissão de Enquadramento de que trata este artigo será composta por:

*I – um representante de cada Secretaria, indicado pelo respectivo titular de pasta onde esteja lotado;*

II- um representante do quadro jurídico do Município;

III – o responsável pelo Departamento de Recursos Humanos;

*IV – o Assessor Jurídico do Município;*

*V – o Secretário da Administração.*

**§3º:-** *Caberá ao Secretário da Administração juntamente com um dos advogados do Município e do Chefe do Departamento de Recursos Humanos, a coordenação de todas as atividades pertinentes à Comissão de Enquadramentos.*

**§4º:-** Os critérios para enquadramento, que serão exclusivamente técnicos e funções efetivamente exercidas, serão editadas pela Secretaria da Administração e afixadas em todos os órgãos da municipalidade.

**§5º:-** As propostas de enquadramento, feitas em consonância com o disposto neste artigo, deverão ser avaliadas pela Comissão de que trata o parágrafo 2º e, em seguida, remetidas à área de Recursos Humanos, para formalização e divulgação do que ficou decidido através afixação em edital.

**§6º:-** O servidor, que discordar do enquadramento proposto, poderá apresentar recurso fundamentado, ao Secretário de Administração, no prazo de quinze dias, contados da divulgação de que trata o parágrafo anterior.

**§7º:-** *Apreciará o recurso o Conselho de Política Salarial a ser constituído pelo Prefeito Municipal, devidamente acompanhado pelo Assessor Jurídico, em única instância, no prazo de dez dias, contados do recebimento do recurso.*











***Prefeitura Municipal de Pirai do Sul***

Estado do Paraná

\*\*\*\*\*

BÁSICO - 02	AUXILIAR DE PRODUÇÃO	40 HORAS SEMANAIS
02	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	40 HORAS SEMANAIS
02	INSTRUTOR CREDENCIADO	20 HORAS SEMANAIS
02	PINTOR DE OBRAS	40 HORAS SEMANAIS
02	RECEPCIONISTA	40 HORAS SEMANAIS
02	TELEFONISTA	40 HORAS SEMANAIS
BÁSICO - 03	ENCANADOR	40 HORAS SEMANAIS
03	PEDREIRO	40 HORAS SEMANAIS
03	PROFESSOR I	20 HORAS SEMANAIS
BÁSICO - 04	INSEMINADOR	40 HORAS SEMANAIS
04	MOTORISTA DE VEÍCULO I	40 HORAS SEMANAIS
04	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	40 HORAS SEMANAIS
04	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	20 HORAS SEMANAIS
04	PROFESSOR II	20 HORAS SEMANAIS
BÁSICO - 05	ALMOXARIFE	40 HORAS SEMANAIS
05	CARPINTEIRO	40 HORAS SEMANAIS
05	MOTORISTA DE VEICULO II	40 HORAS SEMANAIS
MÉDIO = 06	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	40 HORAS SEMANAIS
06	AUXILIAR DE DENTISTA	40 HORAS SEMANAIS
06	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40 HORAS SEMANAIS
06	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	20 HORAS SEMANAIS
MÉDIO = 07	AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	40 HORAS SEMANAIS
07	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	40 HORAS SEMANAIS
07	COMPRADOR	40 HORAS SEMANAIS
07	ELETRICISTA	40 HORAS SEMANAIS
07	MECÂNICO	40 HORAS SEMANAIS
MÉDIO - 08	AUXILIAR ADMINISTRATIVO III	40 HORAS SEMANAIS
08	FISCAL DE TRIBUTOS I	40 HORAS SEMANAIS
08	TÉCNICO AGRÍCOLA	40 HORAS SEMANAIS
MÉDIO = 09	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	40 HORAS SEMANAIS
09	FISCAL DE TRIBUTOS II	40 HORAS SEMANAIS
09	TÉCNICO PROCESSAMENTO DE DADOS	40 HORAS SEMANAIS
09	TÉCNICO RECURSOS HUMANOS	40 HORAS SEMANAIS
MÉDIO - 10	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	40 HORAS SEMANAIS
10	GESTOR AMBIENTAL	40 HORAS SEMANAIS
10	TOPÓGRAFO	40 HORAS SEMANAIS
SUPERIOR=11	ASSISTENTE SOCIAL	40 HORAS SEMANAIS
11	FONOAUDIÓLOGO	40 HORAS SEMANAIS
11	NUTRICIONISTA	40 HORAS SEMANAIS
SUPERIOR-12	ANALISTA TRIBUTÁRIO I	40 HORAS SEMANAIS
12	ENFERMEIRO	40 HORAS SEMANAIS





# **Prefeitura Municipal de Piraí do Sul**

**Estado do Paraná**

\*\*\*\*\*

**Artigo 37º:-** *As normas constantes da Seção II, do Capítulo III, desta Lei, não se aplicam à parte especial do Quadro.*

**Artigo 38º:-** *Os servidores que estiverem à disposição de outros órgãos públicos de outras esferas, serão convocados para se submeterem aos procedimentos relativos ao enquadramento.*

**Artigo 39º:-** *O servidor que não estiver prestando serviços em seu órgão de origem deverá ser enquadrado no setor de origem para o qual será imediatamente reconduzido, ante ao claro desvio de função, salvo disposição legal, devidamente autorizada por ato do Poder Executivo.*

**Artigo 40º:-** *O provimento de cargos da administração direta, autárquica e fundacional, restantes do enquadramento de que trata esta lei, somente se dará por Concurso Público, atendidas as recomendações do artigo 35º e parágrafos da presente lei.*

**Artigo 41º:-** *Os decretos necessários à regulamentação da presente lei deverão ser editados até o prazo máximo de noventa (90) dias, a partir da data da sua publicação.*

**Artigo 42º:-** *As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento geral do Município, com as dotações específicas de cada órgão.*

**Artigo 43º:-** *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal 1.313/03, o § 2º do artigo 83 da Lei Orgânica do Município e as demais disposições em contrário.*

PAÇO MUNICIPAL, EM 02 de junho de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
**VALENTIN ZANELLO MILLEO**  
**Prefeito Municipal**

  
**DR. JURANDIR CECILIO SANDRINI**  
**Departamento Jurídico**









